Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

04/07/2015 ATÉ 06/07/2015

comunicação
& informação

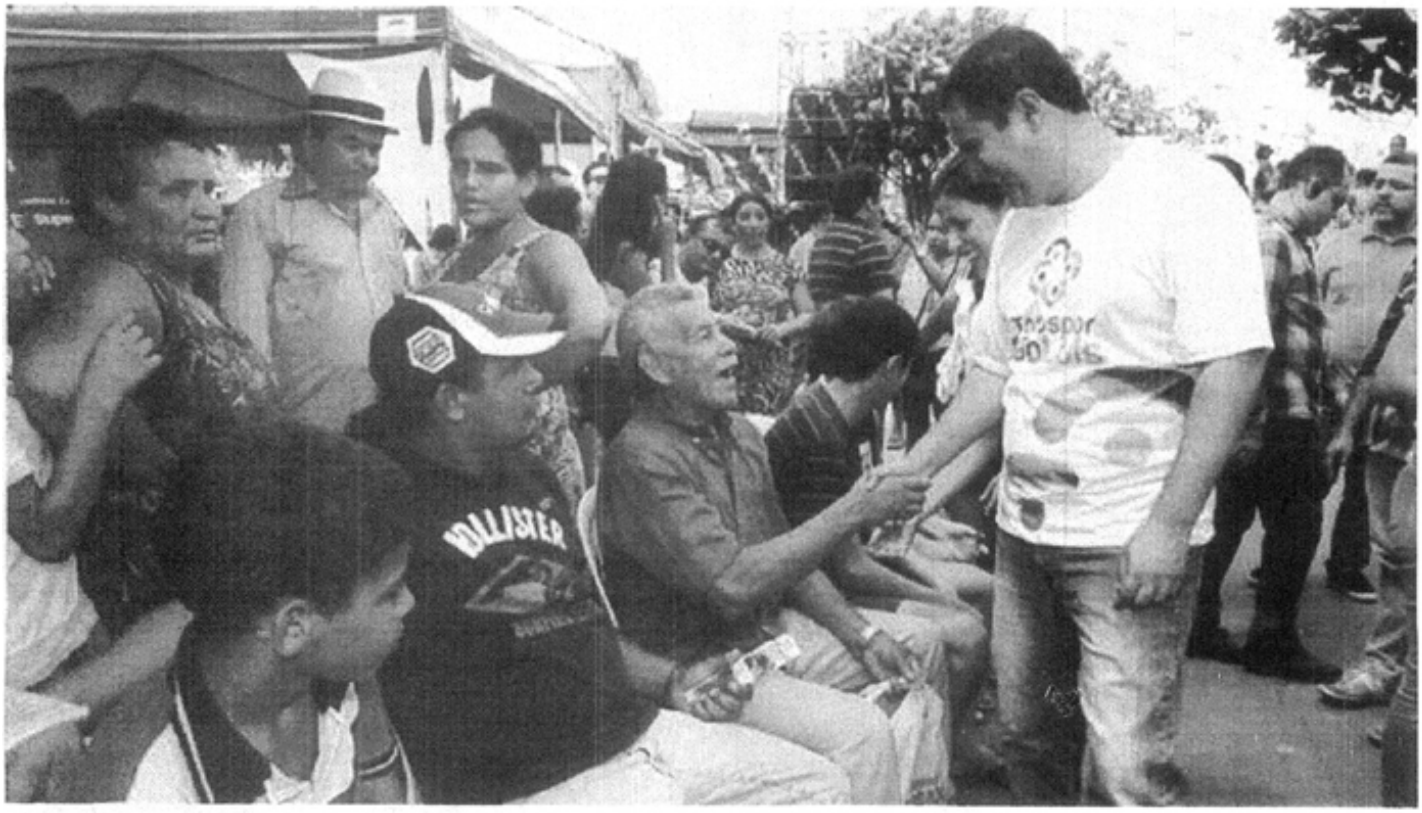
I N D I C E

1. JORNAL A TARDE
   1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 1 - 3
   1.2. DESEMBARGADOR..... 4 - 5
   1.3. JUÍZES..... 6 - 7
2. JORNAL AQUI
   2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 8
3. JORNAL ATOS E FATOS
   3.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 10
   4.2. DESEMBARGADOR..... 11
   4.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 12 - 13
5. JORNAL EXTRA
   5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 14 - 15
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 16
   6.2. PLANTÃO NO TJMA..... 17
   6.3. VARA CRIMINAL..... 18
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 19 - 21
   7.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 22 - 24
8. JORNAL O PROGRESSO
   8.1. DECISÕES..... 25
   8.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 26 - 27
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. ASSESSORIA..... 28
   9.2. AÇÕES CORREGEDORIA..... 29
   9.3. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 30 - 31
   9.4. DECISÕES..... 32
   9.5. JUÍZES..... 33
   9.6. OUVIDORIA..... 34 - 35
   9.7. PLANTÃO NO TJMA..... 36
   9.8. VARA CRIMINAL..... 37

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

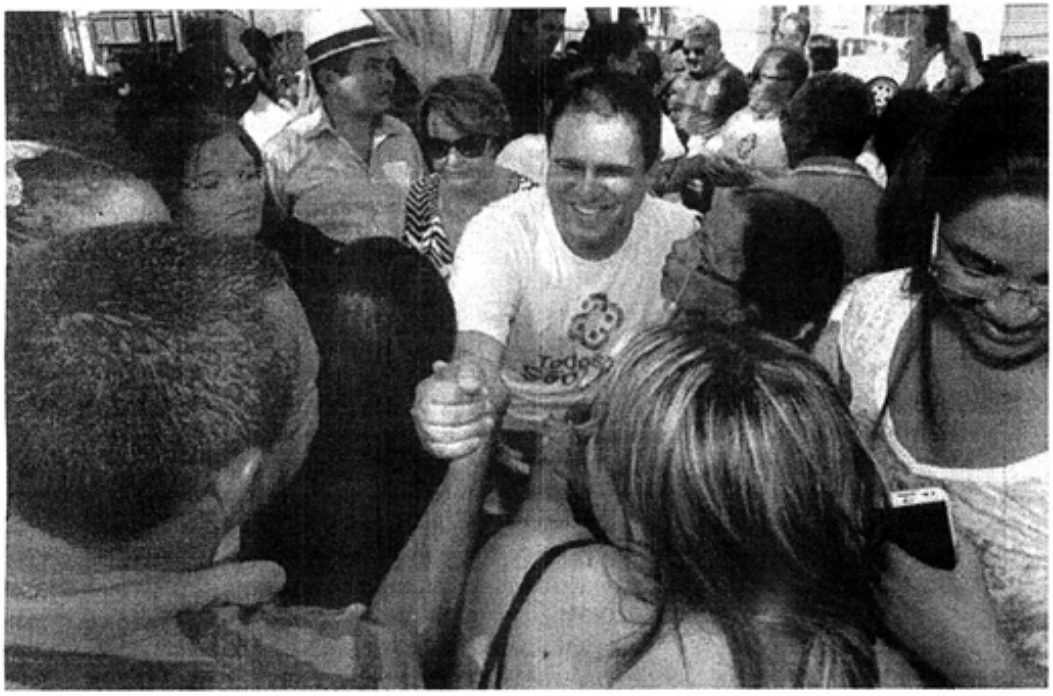
Na Vila Embratel, 7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular



Pág. 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Na Vila Embratel, 7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular



A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada neste sábado (4) pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da in iciativa. O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a Prefeitura da população.

O prefeito Edivaldo, acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, que é coordenadora geral do programa, e de seus auxiliares, realizou visita aos estandes montados na Praça Sete Palmeiras, para ofertas dos serviços, apresentações mutirão. Nós já moramos juntos há muito tempo e vivemos bem, então, quando soube que fariam inscrição aqui tão perto da nossa casa, resolvemos fazer logo o cadastro para casarmos no civil", disse Iraneide.

Segundo Camila Holanda, coordenadora geral do programa, todos os serviços oferecidos no "Todos por São Luís" foram definidos a partir de reuniões com lideranças comunitárias dos bairros. "A cada edição, buscamos fazer novas parcerias, nas mais diversas áreas possíveis, para levarmos à comunidade um número cada vez maior de serviços", disse a primeira-dama.

Um dos objetivos da ação é também gerar renda e emprego para a comuni- As atrações culturais continuam pela noite com Dança Portuguesa Aliança de Portugal, Cacuriá da Marise do Sá Viana e show com o cantor Mário Pinheiro.

No posto de saúde Dom Oscar Romero, ao lado da Praça 7 Palmeiras, a população teve acesso aos serviços de saúde, como consultas com clínico geral, saúde bucal, aferição da pressão arterial, teste rápido de HIV e aconselhamento, distribuição de preservativos, cartão do SUS e farmácia básica.

A aposentada Lourdes Maria Santos Aguiar, 68 anos, moradora da Vila Embratel, chegou cedo ao local para consultar-se. Ela faz tratamento de controle da hipertensão arterial e aprotramento do NIS e orientações sobre o Bolsa Família. Também foi disponibilizada à população emissão de carteira de trabalho e do SUS.

O mutirão realizou ainda diversas atividades culturais, de esporte e lazer, como torneios de futebol, futsal, programa "Brincando nos Bairros", entre outras ações. O Todos por São Luís, organizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), foi idealizado com o objetivo de aperfeiçoar os canais de diálogo e interlocução com a população, na perspectiva de fortalecimento da cidadania local.

Devido à grande procura e atendendo a pedidos da população, o prefeito Edivaldo determinou que o Programa Todos por São Luís - que era realizado uma vez por mês - passasse a ser promovido todos os sábados.

O secretário de estado do Trabalho e Economia Solidária, Julião Amin, também acompanhou o prefeito nas ações do mutirão. "É um projeto muito importante porque o Município traz para as comunidades as suas ações governamentais de políticas públicas. O prefeito sai do seu gabinete para ouvir diretamente o que a comunidade tem a dizer e isso resulta em melhorias para toda a população", disse Julião Amin.

Também estiveram presentes ao Dia "D" do programa "Todos por São

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

culturais, exposições artesanais, feira do produtor, entre outras ações.

"É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade", disse Edivaldo.

Nesta edição do "Todos por São Luís", a Prefeitura de São Luís, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), ofertou mais um serviço à comunidade: a inscrição de casais interessados em participar do Casamento Comunitário, promovido pela CGJ. Os estandes instalados para essa finalidade registraram a presença de dezenas de casais, como a dona de casa Iraneide Rodrigues, 40 anos, e o investigador particular Lázaro Cícero Coelho, 46 anos. Morando juntos já há 14 anos, o casal decidiu oficializar a união.

"Foi muito boa a ideia de incluir esse serviço no dade local. Durante a semana, os moradores receberam capacitação em diversas oficinas, como Informática Básica, Artesanato - confecção de bolsas com materiais reciclados - Bombons Regionais, Panificação, Sorvete, Sucos Alternativos, entre outras.

No período da manhã, se apresentaram no palco principal a cantora Mirim Laura Rita Gusmão, a Banda da Guarda Municipal, o teatro de Fantoches e apresentação da Vovó Janoca. veitou o mutirão do "Todos por São Luís" no seu bairro para medir a pressão. "Fui muito bem atendida. Agora vou no estande da farmácia básica receber o remédio que o médico me receitou", disse a aposentada.

Além de atendimento em saúde, os moradores também receberam serviços de estética e oficinas de capacitação; atendimentos jurídico e do Cras/Creas, nos quais os moradores receberam informações sobre Cadastro Único, recadas- Luís" os vereadores Ivaldo Rodrigues, Basileu Barros, Josué Pinheiro, Barbosa Lages, Osmar Filho, Edimar Gomes, Armando Costa, Anderson Martins, além dos secretários municipais Lula Fylho (Governo), Geraldo Castro (Educação), Batista Matos (Comunicação), Breno Galdino (Segurança com Cidadania), Severino Sales (Relações Parlamentares), o presidente da Fundação Municipal de Cultura (Func), Marlon Botão, entre outras autoridades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EMOÇÃO E ARTE NA MISSA PELA MEMÓRIA DO PE. JOÃO MOHANA

Um dos mais eloquentes e importantes sacerdotes católicos do Maranhão foi lembrado em missa solene na Igreja da Sé, em uma homenagem póstuma pelos seus 90 anos, no último dia 15 de junho, data de seu aniversário.

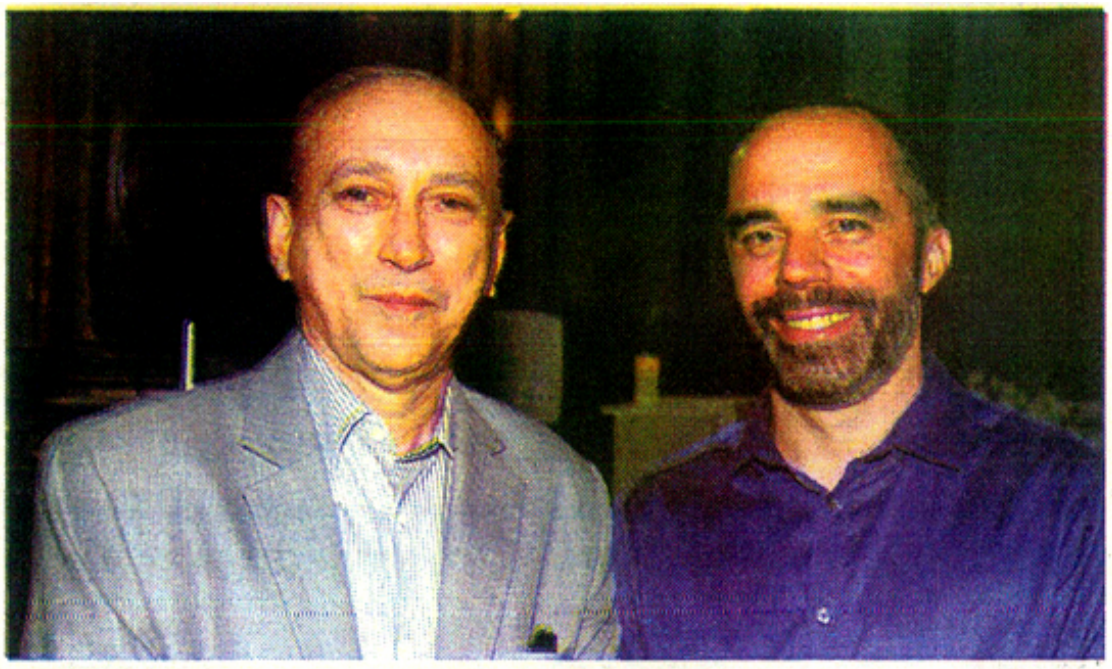
Estamos falando do médico, padre e escritor João Mohana, que foi brilhante nas três esferas nas quais atuou e que deixou um rico legado em livros, pregações e nos jovens que ele orientou no grupo JUAC e que hoje são destacados profissionais e cidadãos e que compareceram em peso à homenagem da Sé.

A missa foi celebrada pelo arcebispo de São Luís Dom José Belisário e contou com a participação especial do Coral de São João, que emocionou a todos com um repertório sacro especial. A homenagem repleta de arte e detalhes foi uma iniciativa do grupo católico Caminho do Meio, fundado pela jornalista Tereza Nascimento e que tem o Padre Djalma Lúcio, scj como líder espiritual.

FOTOS - DANIELLE VIEIRA

A bela Igreja da Sé, que ficou lotada na missa em ação de graças pelos 90 Anos do Pe. João Mohana

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Des. Lourival Serejo e Alan Kardec

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EMOÇÃO E ARTE NA MISSA PELA MEMÓRIA DO PE. JOÃO MOHANA

Um dos mais eloquentes e importantes sacerdotes católicos do Maranhão foi lembrado em missa solene na Igreja da Sé, em uma homenagem póstuma pelos seus 90 anos, no último dia 15 de junho, data de seu aniversário.

Estamos falando do médico, padre e escritor João Mohana, que foi brilhante nas três esferas nas quais atuou e que deixou um rico legado em livros, pregações e nos jovens que ele orientou no grupo JUAC e que hoje são destacados profissionais e cidadãos e que compareceram em peso à homenagem da Sé.

A missa foi celebrada pelo arcebispo de São Luís Dom José Belisário e contou com a participação especial do Coral de São João, que emocionou a todos com um repertório sacro especial. A homenagem repleta de arte e detalhes foi uma iniciativa do grupo católico Caminho do Meio, fundado pela jornalista Tereza Nascimento e que tem o Padre Djalma Lúcio, scj como líder espiritual.

FOTOS - DANIELLE VIEIRA

A bela Igreja da Sé, que ficou lotada na missa em ação de graças pelos 90 Anos do Pe. João Mohana

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O juiz José Américo Abreu Costa e a escritora e pesquisadora Arlete Nogueira da Cruz Machado

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

7º TODOS POR SÃO LUÍS MOVIMENTA VILA EMBRATEL

A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada neste sábado (4) pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da iniciativa. O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a Prefeitura da população.

O prefeito Edivaldo, acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, que é coordenadora geral do programa, e de seus auxiliares, realizou visita aos estandes montados na Praça Sete Palmeiras, para ofertas dos serviços, apresentações culturais, exposições artesanais, feira do produtor, entre outras ações.

"É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade", disse Edivaldo.

Nesta edição do "Todos por São Luís", a Prefeitura de São Luís, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), ofertou mais um serviço à comunidade: a inscrição de casais interessados em participar do Casamento Comunitário, promovido pela CGJ. Os estandes instalados para essa finalidade registraram a presença de dezenas de casais, como a dona de casa Iraneide Rodrigues, 40 anos, e o investigador particular Lázaro Cícero Coelho, 46 anos. Morando juntos já há 14 anos, o casal decidiu oficializar a união.

"Foi muito boa a ideia de incluir esse serviço no mutirão. Nós já moramos juntos há muito tempo e vivemos bem, então, quando soube que fariam inscrição aqui tão perto da nossa casa, resolvemos fazer logo o cadastro para casarmos no civil", disse Iraneide.Segundo Camila Holanda, coordenadora geral do programa, todos os serviços oferecidos no "Todos por São Luís" foram definidos a partir de reuniões com lideranças comunitárias dos bairros. "A cada edição, buscamos fazer novas parcerias, nas mais diversas áreas possíveis, para levarmos à comunidade um número cada vez maior de serviços", disse a primeira-dama.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Um dos objetivos da ação é também gerar renda e emprego para a comunidade local. Durante a semana, os moradores receberam capacitação em diversas oficinas, como Informática Básica, Artesanato - confecção de bolsas com materiais reciclados - Bombons Regionais, Panificação, Sorvete, Sucos Alternativos, entre outras.

Projeto ofereceu à população serviços culturais, esportivos e ações socioeducativas

7ª EDIÇÃO DO PROJETO ATRAIU CENTENAS DE PESSOAS NA VILA EMBRATEL

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - AÇÕES CORREGEDORIA
04/07/2015 - JORNAL ATOS E FATOS
1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 3
POSITIVA - CM.: 60 (30 x 2 col)
CORREGEDORIA PUBLICA PROVIMENTO SOBRE REGULARIZAçãO IMOBILIáRIA E FUNDIáRIA

Corregedoria publica provimento sobre regularização imobiliária e fundiária

A Corregedoria Geral da Justiça publicou, através de provimento, que vai realizar o acompanhamento e fiscalização dos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, 1ª e 2ª Zonas, para o efetivo cumprimento da Lei de Registros Públicos. O documento, assinado pela corregedora Nelma Sarney, destacou que as questões de caráter fundiário envolvem demandas de interesses coletivos, que precisam ser solucionadas pelo Poder Judiciário ou por seus serviços auxiliares de notas e registro, delegados ou oficializados, sob sua fiscalização, por expressa disposição constitucional.

A corregedora considerou, também, as insuficiências dos problemas registrais, sociais e ambientais envolvendo a regularização imobiliária e fundiária, em que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de justiça e a responsabilidade social são objetivos a serem buscados pelo Poder Judiciário, conforme destaca a Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça. "Considerando que as questões de caráter fundiário envolvem demandas de interesses coletivos, que precisam ser solucionadas pelo Poder Judiciário ou por seus serviços auxiliares de notas e registro, delegados ou oficializados, sob sua fiscalização, por expressa disposição Constitucional", observa o provimento da CGJ.

Nelma Sarney frisou que foi celebrado um Termo de Parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, Estado do Maranhão, Município de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo, Serviço de Patrimônio da União – SPU, a 1º Vara da Fazenda Pública da Ilha de São Luís/MA, 8º Tabelionato de Notas da Capital e 1ª e 2ª Zonas de Registro de Imóveis da Capital, dispondo sobre o procedimento de registro imobiliário e fundiário, este ultimo, implementado pelo Estado do Maranhão, Município de São Luís e demais municípios que venham integrar nestas ações.

O provimento resolve, ainda, que a regularização e o registro de desmembramento, fracionamento (ou desdobro) de imóveis urbanos ou urbanizados, ainda que localizados em zona rural, nos casos especificados, poderão ser promovidos em sede de procedimento administrativo perante o registro de imóveis da respectiva circunscrição imobiliária e obedecerão ao disposto neste provimento, sem prejuízo do disposto nos art. 607 a 613 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado.

A juíza corregedora Oriana Gomes destacou que a regularização fundiária atende ao interesse social. "Assim, poderão ser regularizadas áreas da União, do estado e do município parceiro em cada etapa de execução, além de terrenos particulares. Somente são alvo da regularização terrenos com até 250m² e moradias com até 70m² de área construída, casos em que os cartórios de imóveis e registros públicos não poderão efetuar cobrança para emissão do registro", disse.

Luzia Neponucena, juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, reforçou o alcance social da iniciativa, com base na Medida Provisória nº 22.020/2001. De acordo com a magistrada, além dos critérios relacionados ao tamanho do terreno e da casa, também deve ser observado o limite da renda da família, que deverá ser de até cinco salários mínimos. A juíza destacou que serão alvo do projeto áreas públicas e particulares ocupadas há pelo menos cinco anos, atendendo às normas estabelecidas para cada caso.

O provimento da CGJ ressalta, no artigo 5º, que "o pedido de regularização de lote individualizado, de quarteirão ou da totalidade da área, será apresentado perante o ofício da situação do imóvel, onde será protocolado, autuado e verificada sua regularidade em atenção aos princípios registrais".

Realizado a regularização nos termos do provimento da corregedoria, caberá ao oficial comunicar o fato à municipalidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ orienta sobre reconhecimento tardio de paternidade em cartório

Tribunal de Justiça do Maranhão garante a emissão de certidões de nascimento, nas mais de 190 serventias competentes em todo o estado; até junho deste ano, 110 reconhecimentos de paternidade foram efetivados em cartório de Itapecuru-Mirim

Irma Helenn
Especial para **O Estado**

Quem tem mais de 18 anos e não possui o nome do pai na certidão de nascimento pode solicitar o reconhecimento tardio de paternidade em qualquer cartório de registro civil. A orientação é do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), responsável por fiscalizar e garantir a emissão de certidões de nascimento, nas mais de 190 serventias competentes em todo o estado.

"O processo pode ser iniciado pela mãe, o pai ou o filho – caso tenha 18 anos. Basta que o interessado tenha em mãos a primeira certidão e preencha o formulário padrão, indicando o nome do suposto pai. O cartório encaminhará o documento para o juiz da localidade onde o nascimento foi registrado, que consultará o indicado sobre a veracidade da informação", explica a titular do Cartório do 2º Ofício de Itapecuru-Mirim, Carolina Graziela Souza.

De acordo com Carolina Souza, no ano de 2014 até junho de 2015, 110 reconhecimentos de paternidade foram efetivados no seu cartório, sendo 17 por mandado judicial e outros 93 de forma voluntária.

A cartorária destaca que, entre outras situações, os filhos ficam sem direito à sucessão - transmissão patrimonial do falecido aos seus sucessores - quando não figura na certidão o nome paterno. "Muitas pessoas deixam de fazer esse procedimento por desconhecimento da legalidade e dos seus direitos", afirma.

Registro - A auxiliar de serviços gerais Hilda Coelho Azevedo, 47, conseguiu convencer o pai, o agricultor Antonio Cabral Filho, 74, natural do povoado Santa Rita, distrito de Itapecuru-Mirim, a registrar os seus 10 filhos com a também agricultora Benedita Coelho Azevedo, 68, após mais de 50 anos de união estável.

"É motivo de orgulho para uma pessoa carregar os sobrenomes dos pais. A falta do nome do meu pai na certidão me incomodava, porque, apesar dele não negar que é meu pai, nunca assumiu oficialmente, por falta de conhecimento", conta Hilda. "Nossos registros foram feitos pela minha mãe, sem a presença dele (pai), que acreditava que, pelo fato de não ser casada no civil, não poderia nos registrar", lembra.

Nome do pai - No último dia 20 de junho, Antonio Filho, acompanhado de todos os filhos, compareceu ao Cartório do 2º Ofício de Itapecuru-Mirim, a 117 km de São Luís, para fazer a averbação do reconhecimento tardio de paternidade dos filhos dele com dona Benedita. Agora, todos têm o sobrenome "Cabral" gravado em seus registros de nascimento.

"Sempre tive meu pai por perto, mas ter o nome dele junto com o meu me faz sentir mais cidadã e com mais direitos", define Rosenir Azevedo, uma das filhas do casal.

Menores – A mãe que deseja que o pai reconheça seu filho menor de 18 anos deve comparecer ao cartório tendo em mãos a certidão de nascimento da criança e preencher ali um formulário padronizado em que indique o nome do suposto pai. Feito isso, é iniciado o processo de investigação de paternidade oficiosa, previsto na Lei nº 8.560/1992.

"O oficial do cartório envia ao juiz competente a certidão de nascimento e os dados do suposto pai, que será convocado a se manifestar em juízo sobre a paternidade. Se o suposto pai se recusar a se manifestar ou se persistir a dúvida, o caso é encaminhado ao Ministério Público para abertura de ação judicial de investigação de paternidade e realização de exame de DNA. Se o suposto pai se recusar a realizar o exame, poderá haver presunção de paternidade, a ser avaliada pela Justiça", explica a cartorária.

Caso a iniciativa para reconhecimento da paternidade seja do próprio pai, basta que ele se dirija a qualquer cartório com a cópia da certidão de nascimento do filho a ser reconhecido ou informações de onde ele possa estar registrado.

Reconhecimento de paternidade

O QUE É? - É quando os pais, ou apenas um deles declara e assume que determinado indivíduo é seu descendente biológico.

Segundo o Código Civil, o reconhecimento de filho é irrevogável (art. 1609), salvo em casos de inequívoca comprovação que o reconhecedor foi induzido a erro (exame de DNA, testemunhas, documentos etc.).

TIPOS DE RECONHECIMENTO

Espontâneo (ou voluntário) - O reconhecimento de paternidade ou maternidade espontâneo nada mais é do que a expressão da vontade livre de reconhecer o filho. Poderá ser feito no registro de nascimento. O reconhecimento é feito no ato do registro do recém-nascido. Por escritura pública ou termo particular; ou por testamento: O testador pode estipular o reconhecimento de determinada pessoa como seu filho através de ato de última vontade.

Judicial - Quando o genitor não está disposto a assumir a paternidade biológica de alguém de forma espontânea, esta pode ser conseguida por meio de uma ação judicial de investigação de paternidade. Atualmente, o exame de DNA já é uma realidade e seu resultado tem peso decisivo em processos dessa natureza. Caso haja manifestação sobre o reconhecimento perante o juiz, mesmo que em processo versando sobre outra natureza, o ato será hábil para o reconhecimento e registro em cartório.

ONDE FAZER?

Conforme previsão no Provimento nº 16 da Corregedoria Geral de Justiça (art. 6º), o reconhecimento poderá ser feito pelo interessado diretamente no Cartório de Registro Civil. Atente-se que se o pai ou mãe desejarem fazer o reconhecimento em cartório diverso daquele onde o filho foi registrado, deverá ser apresentada a Certidão de Nascimento do filho que se pretende reconhecer.

Certificados de reconhecimento de paternidade são exibidos em uma família do povoado Santa Rita, no município de Itapecuru-Mirim

EM QUE TEMPO PODERÁ SER FEITO O RECONHECIMENTO?

Enquanto o filho a ser reconhecido estiver vivo, o reconhecimento poderá ocorrer a qualquer tempo, inclusive, antes de seu nascimento, estando ainda em vida uterina.

Também pode ser feito o reconhecimento após a morte do filho (post mortem). Porém, nesse caso, somente se o filho falecido tiver deixado descendentes (Art. 1609, p.u., Código Civil).

O pai também poderá reconhecer o filho através de ato de última vontade, isto é, incluir em testamento o reconhecimento de determinada pessoa como seu filho. Mesmo que o testamento seja declarado nulo, a estipulação do reconhecimento não perde a validade (Art. 1610, Código Civil).

A MÃE PRECISA CONCORDAR COM O RECONHECIMENTO?

Se o filho ainda for menor de idade (menor de 16 anos), será obrigatória a anuência da mãe. Caso não seja possível colher a anuência da mãe, o motivo deve ser explicado (por ex: em caso de mãe falecida, apresentar a Certidão de Óbito). Se permanecer alguma dúvida, o caso será apresentado para o juiz de Direito competente.

E SE O FILHO A SER RECONHECIDO FOR MAIOR?

Nesse caso ele deverá concordar, isto é, anuir com o fato de ser reconhecido pelo suposto pai. Novamente, caso não seja possível a colheita da anuência, o caso será encaminhado para o magistrado competente.

E QUANTO À ADOÇÃO DO SOBRENOME DO PAI?

Poderá ser adotado o sobrenome do pai, mas nunca a retirada do sobrenome da mãe. Portanto, somente será possível acrescentar.

O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE É ATO IRREVOGÁVEL?

Em princípio, o ato de reconhecer um filho é irrevogável, ou seja, uma vez feito o procedimento de reconhecimento (tanto judicial, quanto administrativo) não há como voltar atrás. É o que diz o Código Civil no Artigo 1.609.

QUANTO CUSTA?

O valor cobrado pelo Cartório de Registro Civil, no Maranhão, para efetuar o ato é de R$ 50,00. O preço varia de estado para estado. Conforme prevê o Art. 9º do Provimento n° 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, poderá ser levantada a isenção dos valores para aqueles que se declararem pobres.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A posse de Ricardo Duailibe foi pontuada pela deferência, em ato comandado pelo presidente da Corte Eleitoral, desembargador Guerreiro Junior, e prestigiado pelos desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente/corregedor), Eduardo Leal Moreira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Alice Rocha e Clodomir Reis,

Ricardo Duailibe na Corte Eleitoral

Eleito pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão como membro substituto, Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe tomou posse na última quinta-feira, em ato realizado no gabinete do presidente, desembargador Guerreiro Junior.

Coube ao desembargador eleitoral Eulálio Figueiredo (ouvidor) a recepção do novo membro. Em nome da Corte, Eulálio ressaltou as qualidades do empossado, desejando-lhe boas-vindas.

Por sua vez, Ricardo manifestou alegria em poder integrar a Justiça Eleitoral maranhense, destacando estar muito feliz por tomar posse na gestão de Guerreiro Junior, seu amigo de infância, e na presença do desembargador eleitoral Eduardo Moreira, que conhece desde criança, e de sua esposa, a advogada Virgínia Duailibe.

Prestigiaram também a posse os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente e corregedor), Raimundo Barros, Clodomir Reis (diretor da EJE-MA) e Alice Rocha, o juiz Sebastião Bonfim (auxiliar da presidência), o procurador regional eleitoral Thiago Ferreira, o assessor jurídico Calvet de Aquino, os secretários Francisco Rodrigues (Judiciário) e Raimundo Braga (Gestão de Pessoas), o advogado Bruno Duailibe e o chefe de gabinete Oton Lima.

Ricardo, que é filho dos meus saudosos amigos Benedito Salim Duailibe e Maria de Lourdes Bugarin Duailibe, preenche a vaga deixada pelo Des. Raimundo Barros de Sousa, também presente na posse, que teve o seu biênio encerrado.

O desembargador Ricardo Duailibe ao lado do seu colega de toga, desembargador Raimundo Barros de Sousa, que teve o seu biênio encerrado

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz determina a recuperação de casa onde viveu Aluísio Azevedo

Se descumprir a decisão, a proprietária do casarão histórico estará sujeita ao pagamento de multa diária de R$ 10 mil

O juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, determinou ontem que a proprietária do casarão onde viveu o escritor maranhense Aluísio Azevedo reforme o imóvel, localizado no Centro de São Luís e que hoje está se deteriorando. Foi dado um prazo de 48 horas, contado a partir de hoje, para o início das obras e, em caso de descumprimento, a responsável pelo casarão pagará multa de R$ 10 mil por dia.

O juiz determinou que a proprietária do imóvel situado à Rua do Sol, nº 567, Centro, adote as medidas de escoramento, limpeza e conservação do casarão, a fim de evitar o seu desabamento e sua deterioração.

O magistrado também determinou o bloqueio dos bens da proprietária do imóvel, caso ela não arque com a multa de R$ 10 mil advinda do descumprimento da decisão, e a expedição de um ofício para a Superintendência de Policia Civil do Maranhão para a abertura de um inquérito policial para averiguar o cometimento de uma infração penal. Ele ainda enviou um ofício ao Departamento Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão para que faça a vistoria do imóvel e informe as eventuais ações de depredação do patrimônio histórico.

Em março do ano passado, o Ministério Público moveu Ação Civil Pública cujo objeto é o casarão onde morou Aluísio Azevedo, baseada no laudo de vistoria do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (Secma). O órgão estadual concluiu que a proprietária do casarão realizou demolições e alterações ilegais nas características arquitetônicas do imóvel, descaracterizando o prédio com a construção de laje na parte posterior do terreno, demolição da parte externa, retirada de forros e piso de madeira.

Em outubro de 2014, o juiz Douglas de Melo Martins determinou que a proprietária do casarão realizasse obras de escoramento, limpeza e conservação no imóvel para evitar o desabamento e eliminar o processo de deterioração do imóvel, que é tombado e constitui parte do patrimônio histórico da capital maranhense.

Defesa - O advogado Jânio Nunes Queiroz, que representa a proprietária do casarão, informou que já havia entrado na Justiça requerendo a autorização para que a dona do imóvel providenciasse as reformas necessárias. Ele informou também que a deterioração do casarão foi causada não pelas atividades que foram feitas, como afirma o Ministério Público, mas sim pelas fortes chuvas que atingiram a cidade.

Ele disse que não vê razão para o bloqueio dos bens da proprietária do imóvel, uma vez que ela tem residência fixa, não pretende sair da comarca e nem vender os bens para fraudar a execução caso haja uma sentença condenatória. E ressaltou que sua cliente vem respondendo a todos os atos processuais da Justiça.

Jânio Queiroz também discordou da multa aplicada, pois afirmou que está fora da realidade do trabalhador brasileiro. Por fim, disse que a sua cliente não está se negando a fazer a restauração do imóvel, mas que, pelo fato de ele ser tombado, depende da autorização de outros órgãos para a realização dos serviços.

O juiz Clésio Coelho Cunha determinou a recuperação do casarão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Homem usa procuração falsa e retira veículo do pátio do Detran

Sede do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão, de onde um carro foi retirado do pátio com uma procuração falsificada

Fato estranho ocorreu na sexta-feira, quando o proprietário chegou ao órgão para receber o seu carro; suspeito foi preso após confirmação de que o documento com selo e timbre do Cartório Celso Coutinho era falsificado

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

Mais um fato estranho ocorreu nas dependências do prédio do Departamento Estadual de Trânsito no Maranhão (Detran-MA). Desta vez um homem identificado como Thiago Pereira Carneiro foi preso, na sexta-feira, 3, suspeito de usar uma procuração falsa para retirar, no lugar do proprietário Francisco das Chagas Queiroz, um carro modelo Ford Fusion, de placas não reveladas, do pátio do órgão, em São Luís.

As primeiras informações da Delegacia de Defraudações constam que o proprietário do veículo teria declarado à polícia que financiou o veículo para o primo da esposa, que ainda não teria quitado prestações, licenciamento e multas. Quando o carro foi apreendido, ele se dirigiu ao Detran para retirá-lo e ficou sabendo que a retirada já havia sido realizada por uma outra pessoa.

Após avaliar inicialmente o caso, a polícia suspeita de que o primo da esposa tenha negociado o veículo com Thiago Carneiro. O documento apresentava selo e papel timbrado do cartório Celso Coutinho, na capital. Após o pagamento da taxa, o suspeito retirou o veículo sem nenhuma dificuldade.

Por meio de nota, a assessoria do Detran explicou que o órgão entrou em contato com o cartório Celso Coutinho assim que ficou constatado que a procuração era falsa.

A direção do Detran também informou que entrou em contato com Thiago Pereira Carneiro, induzindo-o a voltar ao Departamento de Custódia e Liberação de Veículos, onde ele foi preso e levado para a Delegacia de Defraudações.

Esclarecimento - Na tentativa de esclarecer o imbróglio formado após a retirada indevida do veículo do pátio do Detran, a direção do órgão confirmou, em nota, que:

"O senhor Thiago Pereira Carneiro compareceu no dia 2/7 ao setor de Custódia e Liberação de Veículos no Detran-MA portando uma Procuração Pública expedida por Francisco das Chagas de Queiroz, proprietário do automóvel Ford Fusion. A Procuração apresentava todos os aspectos de segurança, como selo e papel timbrado do Cartório Celso Coutinho. Após o pagamento das taxas devidas, o outorgado em questão retirou o automóvel. Em seguida, o legítimo proprietário do automóvel foi ao setor de Custódia para liberar o veículo.

Diante da situação, o Detran-MA entrou em contato com o cartório e foi constatado a não veracidade da procuração apresentada pelo sr. Thiago Pereira Carneiro. O Detran-MA, então, entrou em contato com ele, induzindo-o a retornar ao setor de custódia. Ao chegar ao departamento, o cidadão Thiago Pereira Carneiro foi detido e conduzido à Delegacia de Defraudações para as devidas providências cabíveis ao caso".

Mais

O Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) realizou ontem, na sede da Vip Leilões (Km 07 da BR 13), o 6° Leilão de veículos de 2015. Foram oferecidos 231 lotes, entre automóveis, motocicletas e sucatas, recolhidos nos pátios da sede do Detran-MA em São Luís há mais de 90 dias e que não foram reclamados por seus proprietários, conforme estabelece o artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Detran já foi alvo de denúncias

Desde janeiro deste ano, o Departamento Estadual de Trânsito no Maranhão (Detran-MA) vem sendo alvo de suspeitas até mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que já revelou em documento oficial que a empresa BR Construções pode ter fraudado o processo de contratação, sem licitação, para fornecimento de mão de obra ao órgão. O contrato com a suposta empresa, que foi encerrado em maio, já é investigado pelo Ministério Público Estadual (MPE) desde o início do mês de junho, quando o promotor Zanoni Passos Filho, titular da 31ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa decidiu instaurar inquérito civil público para apurar denúncias de irregularidades.

Um dos principais questionamentos ao contrato entre a BR Construções e o Detran diz respeito à ligação da empresa com o empresário José Wilson Macedo, o Dedé Macedo, um dos principais financiadores da campanha do governador Flávio Dino (PCdoB). O filho dele, deputado Fábio Macedo (PDT), tem como chefe de gabinete Leila Assunção, fundadora da BR Construções. Em números, foram R$ 2,9 milhões quanto o Detran efetivamente pagou à BR Construções por apenas 90 dias de duração do contrato considerado sob suspeita.

Contrato suspenso - Ainda na primeira quinzena de abril deste ano, uma decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determinou, de forma liminar, que o Estado do Maranhão suspendesse temporariamente a contratação da empresa BR Construções Comércio e Serviços Ltda, cuja finalidade era o fornecimento de mão de obra ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran) do Maranhão, comandado pelo advogado Antônio Leitão Nunes, com dispensa de licitação, pelo valor de R$ 4.857.903,30.

A decisão foi estabelecida pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Clésio Coelho Cunha, após avaliar Ação Popular de autoria da deputada Andrea Murad (PMDB). Na decisão, o magistrado destacou que no pedido inicial constam os elementos que fundamentam a decisão preliminar para suspender a contratação até a análise final do processo. Na ação da deputada, ela destacou que a contratação entre o Detran e a BR Construções estaria ocorrendo sem licitação e sem a devida justificativa que fundamente uma medida emergencial.

A deputada Andrea Murad apontou que houve divergência no termo de referência sobre o tempo de vigência do contrato e que não fora comprovada a caracterização da situação de dispensa suscitada. Ela alega ainda que não há planilha de composição de preços e custos unitários, com base em valor de mercado, assim como não teria sido devidamente comprovada a regularidade fiscal da concorrente.

Na decisão, o juiz Clésio Cunha afirmou que a administração pública deve seguir determinações constitucionais, obedecendo "aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência(...)". Ainda citando a Constituição Federal, continuou: "reza em seu art. 5º, LXXIII, que 'qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe'".

Decisão - Para decidir sobre o pedido liminar, o juiz disse que na ação constam os requisitos necessários para a aplicação da suspensão, cujo objetivo também é o de proteger a administração pública. "O contrato administrativo apontado pode ferir os princípios que, por determinação constitucional, necessitam ser resguardados e obedecidos pela Administração Pública, especialmente o elencado no art. 37, XXI, da CF e o princípio da isonomia", fundamentou.

Segundo Clésio Cunha, o alto valor da contratação "exigiria a realização de licitação pelo fato do contrato em questão, pelo que se constata dos autos, não se enquadrar nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade". Ele ainda destacou a possibilidade de ofensa do princípio da moralidade e impessoalidade, considerando a mudança da estrutura societária da sociedade empresarial às vésperas da celebração do contrato, bem como recente alteração das atividades da empresa, que passou a incluir locação de mão de obra temporária. A decisão para suspensão deve ser mantida durante a análise do processo, sob pena de responsabilização pessoal do gestor em caso de descumprimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular e de puxa-sacos

PÁGINA 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NA VILA EMBRATEL

O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a Prefeitura da população.

7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular e de puxa-sacos

A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada neste sábado (4) pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da iniciativa.

O prefeito Edivaldo, acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, que é coordenadora geral do programa, e de seus auxiliares, realizou visita aos estandes montados na Praça Sete Palmeiras, para ofertas dos serviços, apresentações culturais, exposições artesanais, feira do produtor, entre outras ações.

"É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade", disse Edivaldo.

Nesta edição do "Todos por São Luís", a Prefeitura de São Luís, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), ofertou mais um serviço à comunidade: a inscrição de casais interessados em participar do Casamento Comunitário, promovido pela CGJ. Os estandes instalados para essa finalidade registraram a presença de dezenas de casais, como a dona de casa Iraneide Rodrigues, 40 anos, e o investigador particular Lázaro Cícero Coelho, 46 anos. Morando juntos já há 14 anos, o casal decidiu oficializar a união.

Um dos objetivos da ação é também gerar renda e emprego para a comunidade local. Durante a semana, os moradores receberam capacitação em diversas oficinas, como Informática Básica, Artesanato - confecção de bolsas com materiais reciclados - Bombons Regionais, Panificação, Sorvete, Sucos Alternativos, entre outras.

O prefeito Edivaldo Holanda foi cercado por populares e por um magote de puxa-sacos durante o evento

No posto de saúde Dom Oscar Romero, ao lado da Praça 7 Palmeiras, a população teve acesso aos serviços de saúde, como consultas com clínico geral, saúde bucal, aferição da pressão arterial, teste rápido de HIV e aconselhamento, distribuição de preservativos, cartão do SUS e farmácia básica.

Além de atendimento em saúde, os moradores também receberam serviços de estética e oficinas de capacitação; atendimentos jurídico e do Cras/Creas, nos quais os moradores receberam informações sobre Cadastro Único, recadastramento do NIS e orientações sobre o Bolsa Família. Também foi disponibilizada à população emissão de carteira de trabalho e do SUS.

O mutirão realizou ainda diversas atividades culturais, de esporte e lazer, como torneios de futebol, futsal, programa "Brincando nos Bairros", entre outras ações. O Todos por São Luís, organizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), foi idealizado com o objetivo de aperfeiçoar os canais de diálogo e interlocução com a população, na perspectiva de fortalecimento da cidadania local.

Devido à grande procura e atendendo a pedidos da população, o prefeito Edivaldo determinou que o Programa Todos por São Luís - que era realizado uma vez por mês - passasse a ser promovido todos os sábados.

Também estiveram presentes ao Dia "D" do programa "Todos por São Luís" os vereadores Ivaldo Rodrigues, Basileu Barros, Josué Pinheiro, Barbosa Lages, Osmar Filho, Edimar Gomes, Armando Costa, Anderson Martins, além dos secretários municipais Lula Fylho (Governo), Geraldo Castro (Educação), Batista Matos (Comunicação), Breno Galdino (Segurança com Cidadania), Severino Sales (Relações Parlamentares), o presidente da Fundação Municipal de Cultura (Func), Marlon Botão, entre outras autoridades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Treinamento

Estudantes de Direito de várias faculdades de São Luís participaram na manhã desta sexta-feira (03) de um treinamento oferecido pela Corregedoria da Justiça do Maranhão. O objetivo da capacitação foi treinar os alunos sobre os procedimentos normativos relacionados ao matrimônio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Plantão TJMA

O desembargador Jorge Rachid responde pelo plantão judiciário de 2º grau até este domingo (5). No plantão de 2º grau, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares, decretação de prisão provisória, entre outros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Condenado motorista que atropelou e matou duas pessoas na Ponta D´areia

O crime de atropelamento foi praticado pelo soldado da Polícia Militar, Anderson Leandro Rodrigues Viana, em setembro de 2012

A pena foi fixada em 1 ano, 5 meses e 15 dias de detenção, em regime aberto

Os jurados do 2º Tribunal do Júri de São Luís desclassificaram para homicídio culposo o crime praticado pelo soldado da Polícia Militar, Anderson Leandro Rodrigues Viana, que atropelou e matou duas pessoas que se encontravam no calçadão da praia Ponta D´areia, em setembro de 2012. Os jurados absolveram o réu do crime praticado contra Elton Anderson Cantanhede Araújo e condenaram em relação à morte de Ivone Costa Cantanhede, reconhecendo que a conduta do acusado decorreu de culpa, consistente em imprudência, pelo fato de dirigir veículo com excesso de velocidade.

Com a desclassificação, coube à juíza que presidiu a sessão de julgamento, nessa quinta-feira (02), Samira Barros Heluy, da 2ª Vara do Tribunal do Júri, aplicar a pena. A magistrada fixou a pena pela morte de Ivone Cantanhede em 1 ano, 5 meses e 15 dias de detenção, que deve ser cumprida em regime aberto, na Casa de Albergado. Anderson Leandro Rodrigues Viana foi levado a júri popular por homicídio doloso (quando há a intenção matar), mas os jurados desclassificaram a conduta para homicídio culposo.

Segundo a denúncia do Ministério Público, Anderson Leandro Rodrigues Viana dirigia um automóvel pela Avenida dos Holandeses, sentido direcional Praia de São Marcos/São Francisco, quando em determinado momento, conforme consta no processo, prejudicado no que diz respeito aos seus reflexos, em razão do seu estado de embriaguez, e em excesso de velocidade, perdeu o controle do carro invadindo o calçadão e atingindo as duas vítimas. Ivone Costa Cantanhede morreu no local do acidente e Elton Anderson Cantanhede Araújo, a caminho do hospital. Na época, as vítimas tinham 29 anos e o condutor do veículo também.

A sessão de julgamento começou ainda pela manhã e só terminou no início da noite, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Atuou na acusação o promotor de Justiça Rodolfo Soares dos Reis. A defesa ficou por conta do advogado Ângelo Rios. Familiares do réu e das vítimas acompanharam o julgamento. Elton Anderson Cantanhede deixou dois filhos pequenos e Ivone Cantanhede, também tinha duas filhas menores. As duas vítimas eram primos.

Em outro julgamento realizado também nessa quinta-feira (02), os jurados do 4º Tribunal do Júri absolveram Celso dos Anjos Belfort, acusado da morte de Florinaldo Cantanhede França, ocorrida na madrugada do dia 15 de agosto de 2004, em uma seresta no bairro Coheb do Sacavém.

Neste mês de julho serão levados a julgamento nas quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís 41 acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começaram na quinta-feira (02) e vão até o dia 30 de julho, começando sempre às 8h30, de segunda a sexta-feira. Os salões de julgamento ficam 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça quer garantir que presos em flagrante tenham julgamento em 48h

Implantado no Maranhão em outubro de 2014, após amplos diálogos com os órgãos do Sistema de Justiça, a Corregedoria iniciou, de forma experimental, na Central de Inquéritos de São Luís, a execução do projeto Audiência de Custódia, como objetivo evitar excessos e assegurar o cumprimento da legislação penal. POLÍTICA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Julgamentos com maior agilidade

O projeto Audiência de Custódia, desenvolvido e aplicado no Sistema Prisional do Maranhão, tem como objetivo garantir que o preso em flagrante seja apresentado a um juiz em até 48h

Era exato 27 de maio de 2014, o Sistema Prisional do Maranhão vivia o pior momento da história, em meio a uma crise sem precedentes. Em uma sala do Fórum de São Luís, a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, coordenava uma reunião com juízes e promotores, que contou com a presença do coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Fróz Sobrinho. Dessa reunião, resultou um dos mais importantes projetos desenvolvidos nos últimos anos e que hoje é replicado para todo Brasil pelo Conselho Nacional de Justiça. Trata-se do projeto Audiência de Custódia, com base no artigo 7º do Pacto de São José da Costa Rica.

Mas o que diz esse tal pacto, documento do qual o Brasil é signatário? De acordo com o seu artigo 7º, está estabelecido que "Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada às garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo".

Implantado no Maranhão em outubro de 2014, após amplos diálogos com os órgãos do Sistema de Justiça, a Corregedoria iniciou de forma experimental, na Central de Inquéritos de São Luís, a execução das referidas audiências. Em dezembro, editou o Provimento 24, que instituiu a medida no âmbito do Judiciário maranhense, iniciativa até então inédita no Brasil. Na prática, o objetivo é garantir que o preso em flagrante seja apresentado a um juiz em até 48h. Com isso, pretende-se realizar uma triagem, verificando-se as circunstâncias da prisão, evitando-se excessos e assegurando o cumprimento da legislação penal, ao mesmo tempo em que contribui para uma "qualificação" dos ingressos no sistema carcerário.

Em balanço apresentado no final do último mês de maio, a Central de Inquéritos apresentou um resultado de quase 500 audiências de custódia realizadas, das quais 202 houve decisão pela liberdade provisória e, em 180, foi decretada a prisão preventiva e o devido encaminhamento do preso a unidade prisional. Todas as pessoas presas levadas a audiência passaram pelos mesmos procedimentos: foram ouvidas pelo juiz, houve manifestação do Ministério Público e da Defensoria Pública ou advogado, dependendo do caso. Após todas as exposições, o juiz avalia a situação e profere sua decisão.

Questionada sobre a possível crítica de que o Judiciário estaria devolvendo bandidos às ruas, a desembargadora Nelma Sarney afirmou que não se trata de garantir direito de bandidos, mas sim de assegurar o direito que tem todo cidadão, que, salvo exceções, só pode ser preso após processo transitado em julgado. "Temos um quadro com juízes extremamente qualificados e comprometidos com sua função social. Naturalmente, em cada caso, deverá ser analisado o contexto da prisão em flagrante, o tipo de delito cometido e o histórico da pessoa detida. Com base nesses elementos e em consonância com a lei, é que o juiz decidirá sobre a decretação da prisão preventiva ou a concessão da liberdade provisória, geralmente, concedida com o estabelecimento de critérios técnicos previstos na legislação penal".

audiências de custódia já foram realizadas

A corregedora também lembrou que há uma análise técnica em cada caso e que não é possível fazer pré-julgamentos. Cabe destacar que o Estado Brasileiro é concebido pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, a todos é assegurado a presunção de inocência e a manutenção do processo legal e da ampla defesa. "Na audiência de custódia, não se julga se a pessoa é culpada ou inocente. É avaliada apenas a legalidade da prisão e suas circunstâncias, verificando os critérios para decretação da prisão preventiva – caso em que a pessoa segue para uma unidade prisional – ou para a concessão de liberdade provisória ou outra medida cautelar", explicou.

O coordenador da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, desembargador Fróz Sobrinho, também minimiza a possibilidade de colocar em liberdade pessoas perigosas. Para ele, só há ganho para a sociedade na implantação do projeto. "Quando o magistrado verifica a prisão sob o aspecto da legalidade, verificando a necessidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, por meio do uso de medidas cautelares, implanta-se uma nova rotina que permitirá maior controle da entrada de presos dentro do sistema. Fica encarcerado quem realmente deva ficar e solto quem tem possibilidade de responder em liberdade", destaca.

Em todo caso, é importante esclarecer que, em caso de liberdade, não se pode confundir com impunidade. Não se trata de perdão. A pessoa que atende aos critérios legais estabelecidos no Código de Processo Penal (artigos 310, 319 e 321) e tem a sua soltura concedida, continua a responder normalmente pelo delito praticado, assim como a pessoa que tem sua prisão preventiva decretada. a diferença é que, pelo conjunto de elementos, uma aguarda em liberdade e outra aguarda encarcerada.

Caso prático

Em janeiro deste ano, a Central de Inquéritos realizou, em apenas um dia, 35 audiências de custódia. Em cada uma delas, foi ouvida uma pessoa que participava de uma festa supostamente organizada por uma facção criminosa. Na oportunidade, todas as pessoas foram liberadas e responderam ao processo em liberdade e, ao final dos trabalhos, cerca de dois meses após as audiências, o Ministério Público ofereceu denúncia somente contra quatro dos acusados. Esse caso poderia acarretar em afronta aos direitos e à dignidade da pessoa humana, caso todas as pessoas fossem mantidas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

presas sem um critério técnico e legal. O exemplo reforça que o projeto está no caminho certo.

Impacto econômico

Apesar de não se tratar de uma questão apenas de financeira, não se pode descartar o impacto positivo que ocorre na economia para os cofres públicos. Considerando o valor aproximado de R$ 2 mil por detento no Maranhão e as 202 pessoas para as quais foi decretada a liberdade provisória, já é possível calcular uma economia mensal de pelo menos R$ 404 mil, valor que seria gasto com a manutenção dessas pessoas nas unidades prisionais.

A economia também é claramente percebida nos gastos com logística para e tramitação inicial do processo. Antes do projeto, o preso ia diretamente para uma unidade prisional e somente em seguida o advogado acionava a Justiça com pedido de liberdade. Os autos eram encaminhados para a promotoria titular do caso e, após manifestação, retornava ao juiz que decidia e encaminhava à Central de Mandados para que um oficial pudesse cumprir a decisão. Todo esse caminho percorrido para realização de atos simples, que demandava tempo e envolvia recursos humanos e materiais, está reduzido a apenas uma audiência.

Referência

No mês de janeiro, membros da Human Rights Watch (Observatório dos Direitos Humanos) Maria Laura Canineu e Cesar Muñoz; e da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, Amanda Hildebrand e Ana Luiza Bandeira, que é coordenadora do projeto-piloto de audiência de custódia em São Paulo, conheceram a experiência maranhense com a finalidade de replicar a prática.

No Período da visita, Maria Canineu afirmou: "o problema de superlotação resulta na falência do sistema é nacional, mas esperamos que o Maranhão possa avançar e que essas experiências possam reverberar para outros estados". Essa expectativa foi comprovada aproximadamente dois meses após a visita, com a publicação pela Human Rights de um relatório que retratou a experiência maranhense como uma solução para o desgastado sistema carcerário brasileiro, confirmando a iniciativa como uma medida a ser adotada em todo País.

Conforme indicada pela organização de defesa dos direitos humanos, o Maranhão virou referência para outras unidades da federação, que fizeram do Estado um roteiro prioritário para o desenvolvimento de projetos similares. São Paulo foi o segundo estado a implantar o projeto e, para isso, contou com apoio do CNJ e do Ministério da Justiça. Hoje, a prática é está sendo consolidada em todo Brasil, mediante termo de cooperação firmado com os estados.

Consolidação

O reconhecimento nacional do projeto de audiência de custódia veio no fim de junho, quando o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ, reconheceu o pioneirismo do Maranhão, ao assinar o termo de cooperação com o Estado.

Nelma Sarney: "Na Audiência de Custódia, é avaliada apenas a legalidade da prisão e suas circunstâncias"

Frós Sobrinho: "Fica encarcerado quem realmente deva ficar e solto quem tem possibilidade de responder em liberdade"

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular

GERAL 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

INCLUSÃO SOCIAL

Todos Por São Luís na Vila Embratel atrai população

Programa desenvolvido pela Prefeitura de São Luís consolida-se como importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde, educação, entre outros

A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada ontem pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da iniciativa. O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a prefeitura da população.

O prefeito Edivaldo, acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, que é coordenadora-geral do programa, e de seus auxiliares, realizou visita aos estandes montados na Praça Sete Palmeiras, para ofertas dos serviços, apresentações culturais, exposições artesanais, feira do produtor, entre outras ações.

"É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade", disse Edivaldo.

Nesta edição do "Todos por São Luís", a Prefeitura de São Luís, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), ofertou mais um serviço à comunidade: a inscrição de casais interessados em participar do Casamento Comunitário, promovido pela CGJ. Os estandes instalados para essa finalidade registraram a presença de dezenas de casais, como a dona de casa Iraneide Rodrigues, 40 anos, e o investigador particular Lázaro Cícero Coelho, 46 anos. Morando juntos já há 14 anos, o casal decidiu oficializar a união.

Prefeito Edivaldo Júnior compareceu a 7ª edição do projeto, que atraiu centenas de pessoas na Vila Embratel

"Foi muito boa a ideia de incluir esse serviço no mutirão. Nós já moramos juntos há muito tempo e vivemos bem, então, quando soube que fariam inscrição aqui tão perto da nossa casa, resolvemos fazer logo o cadastro para casarmos no civil", disse Iraneide.Segundo Camila Holanda, coordenadora geral do programa, todos os serviços oferecidos no "Todos por São Luís" foram definidos a partir de reuniões com lideranças comunitárias dos bairros. "A cada edição, buscamos fazer novas parcerias, nas mais diversas áreas possíveis, para levarmos à comunidade um número cada vez maior de serviços", disse a primeira-dama.

Geração de emprego e renda

Um dos objetivos da ação é também gerar renda e emprego para a comunidade local. Durante a semana, os moradores receberam capacitação em diversas oficinas, como Informática Básica, Artesanato - confecção de bolsas com materiais reciclados - Bombons Regionais, Panificação, Sorvete, Sucos Alternativos, entre outras.

No período da manhã, se apresentaram no palco principal a cantora Mirim Laura Rita Gusmão, a Banda da Guarda Municipal, o teatro de Fantoches e apresentação da Vovó Janoca. As atrações culturais continuam pela noite com Dança Portuguesa Aliança de Portugal, Cacuriá da Marise do Sá Viana e show com o cantor Mário Pinheiro.

No posto de saúde Dom Oscar Romero, ao lado da Praça 7 Palmeiras, a população teve acesso aos serviços de saúde, como consultas com clínico geral, saúde bucal, aferição da pressão arterial, teste rápido de HIV e aconselhamento, distribuição de preservativos, cartão do SUS e farmácia básica.

A aposentada Lourdes Maria Santos Aguiar, 68 anos, moradora da Vila Embratel, chegou cedo ao local para consultar-se. Ela faz tratamento de controle da hipertensão arterial e aproveitou o mutirão do "Todos por São Luís" no seu bairro para medir a pressão. "Fui muito bem atendida. Agora vou no estande da farmácia básica receber o remédio que o médico me receitou", disse a aposentada.

Além de atendimento em saúde, os moradores também receberam serviços de estética e oficinas de capacitação; atendimentos jurídico e do Cras/Creas, nos quais os moradores receberam informações sobre Cadastro Único, recadastramento do NIS e orientações sobre o Bolsa Família. Também foi disponibilizada à população emissão de carteira de trabalho e do SUS.

O mutirão realizou ainda diversas atividades culturais, de esporte e lazer, como torneios de futebol, futsal, programa "Brin-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade

Edivaldo Holanda Júnior,
prefeito de São Luís

cando nos Bairros", entre outras ações. O Todos por São Luís, organizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), foi idealizado com o objetivo de aperfeiçoar os canais de diálogo e interlocução com a população, na perspectiva de fortalecimento da cidadania local.

Devido à grande procura e atendendo a pedidos da população, o prefeito Edivaldo determinou que o Programa Todos por São Luís - que era realizado uma vez por mês - passasse a ser promovido todos os sábados.

O secretário de estado do Trabalho e Economia Solidária, Julião Amin, também acompanhou o prefeito nas ações do mutirão. "É um projeto muito importante porque o Município traz para as comunidades as suas ações governamentais de políticas públicas. O prefeito sai do seu gabinete para ouvir diretamente o que a comunidade tem a dizer e isso resulta em melhorias para toda a população", disse Julião Amin.

Também estiveram presentes ao Dia "D" do programa "Todos por São Luís" os vereadores Ivaldo Rodrigues, Basileu Barros, Josué Pinheiro, Barbosa Lages, Osmar Filho, Edimar Gomes, Armando Costa, Anderson Martins, além dos secretários municipais Lula Fylho (Governo), Geraldo Castro (Educação), Batista Matos (Comunicação), Breno Galdino (Segurança com Cidadania), Severino Sales (Relações Parlamentares), o presidente da Fundação Municipal de Cultura (Func), Marlon Botão, entre outras autoridades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Policiais militares são condenados por tortura e agressão em Imperatriz

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve decisão de primeira instância que condenou quatro policiais militares por atos de improbidade administrativa resultantes de prisão ilegal e torturas físicas praticadas contra dois homens em 2007, em Imperatriz. A informação foi divulgada nessa sexta-feira (3) pela assessoria do órgão.

A sentença é resultado de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA). Segundo o texto da decisão, os quatro policiais terão que pagar multa civil variando entre 10 e 15 vezes a remuneração do cargo. Um deles terá perda dos direitos políticos por cinco anos.

O relator do recurso, desembargador Jorge Rachid, reafirmou o papel do Ministério Público na defesa de interesses difusos e coletivos, estabelecido pela Constituição Federal, e a aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa para casos de agentes públicos que ferem os princípios da administração.

Segundo o magistrado, a "conduta desarrazoada dos policiais" atentou contra a legalidade e probidade que devem nortear seu papel de servidor público, em especial enquanto policiais, que devem zelar pela segurança. "As testemunhas foram claras quanto às agressões praticadas, sendo que as vítimas sequer resistiram e já foram logo espancadas", observou.

Crime

De acordo com o MP, em setembro de 2007, os policiais teriam cometido várias irregularidades, efetuando a prisão ilegal e torturando dois rapazes com o objetivo de colher informações, cometendo ainda preconceito racial e castigo pessoal. Os militares teriam adentrado uma residência onde uma das vítimas trabalhava como pedreiro. No local, espancaram os jovens com socos e pauladas no peitoral e costas, tratando um deles com xingamentos raciais.

O MP afirma que a prisão dos dois rapazes foi ilegal e abusiva, pois não estavam em situação de flagrante nem possuíam mandado de prisão expedido. Os policiais recorreram da decisão, alegando inexistência de ato de improbidade ou qualquer ilícito penal, pois teriam agido no exercício regular do direito, ressaltando que a prisão de uma das vítimas foi devida, já que ele teria portado arma de fogo no dia anterior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sidney Rodrigues

Cavalgada abre 47ª Expoimp

P5c1

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Cavalgada movimenta a cidade

Hemerson Pinto

Imperatriz Notícias

Cavalgada realizada em 2014

O evento é tradicional e todos os anos cercado de comentários. Para esta edição houve até a necessidade de um Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público Estadual e Sindicato Rural, organizador da festa que abre a Exposição Agropecuária de Imperatriz. No documento, visto de forma positiva pela organização e pela maioria dos imperatrizenses atentos ao evento, as regras que determinam procedimentos que devem ser adotados por quem fiscaliza e por quem vai se divertir.

Mesmo assim, na tarde de ontem um grupo de organizadores ainda se reunia com o objetivo de encontrar um espaço dentro do Parque Lourenço Vieira, de preferência na entrada, para recepcionar os cavaleiros e amazonas. A reunião também foi realizada pela manhã com organizadores das comitivas que acompanham todo o trajeto a pé ou costumam montar tendas às margens da BR-010, o que vai ser proibido de acordo com o TAC.

O comércio também lucrou com a venda de chapéus, botas, cintos e outros acessórios em couro. As lojas de serigrafia não ficaram para trás, camisas e mais camisas. Em algumas empresas durante a semana o movimento foi até 23h. Tudo para dar conta das encomendas.

As instituições como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, as secretarias de Trânsito, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Vara da Infância e Juventude também se mobilizaram e traçaram metas a serem cumpridas durante a cavalgada e durante as nove noites de exposição.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

acarloslua@folha.com.br

Feminicídio

Embora tenha sido sancionada a lei que estabelece penas mais severas para crimes motivados por questões de gênero, a tipificação do feminicídio está longe de solucionar o problema da violência contra as mulheres no Brasil, uma vez que a nova legislação está focada no Estado como um instrumento de punição, deixando em plano secundário as medidas de prevenção e diversos outros fatores que devem ser trabalhados paralelamente para garantir a eficácia da nova legislação.

Novas leis não são suficientes para combater o assassinato de mulheres por razões de gênero, o chamado feminicídio. Sozinhas, elas não conseguem reverter engrenagens sociais que se movem em permanente precarização da vida das mulheres.

É necessário um enfoque diferente na condução das políticas públicas, para que tenha eco aquilo que legislação quis produzir.

É lamentável admitir que sabemos muito pouco sobre como as mulheres morrem de feminicídio no Brasil. Não basta o cadáver de uma mulher para haver a tipificação do feminicídio. É preciso conhecer a causa das mortes.

Os dados dos crimes precisam ser compilados de uma forma mais adequada, para tornar mais visível este grave fenômeno, possibilitando a criação de políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Como o Direito Penal não tem poder de prevenção, precisamos de políticas públicas que protejam as mulheres em suas casas e nas ruas. Não é a lei que fará a prevenção. A lei pune. A prevenção vem com educação, políticas sociais de enfrentamento da violência, campanhas educativas e uma ampla aposta na educação.

A integridade física e moral da mulher passa pela mudança de postura, de comportamento. Se ficarmos apenas no eixo da punição não diminuirá nunca este vergonhoso e elevado índice de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Precisamos urgentemente atuar no eixo da prevenção e isso requer investimento na educação, em projetos direcionados para a sociedade como um todo. É preciso garantir o eficaz e efetivo desenvolvimento dos programas que atuem na raiz do problema.

As novidades legislativas brasileiras nem sempre possuem capacidade de se efetivarem no espaço territorial nacional se não forem respaldadas por políticas públicas bem fundamentadas.

Assim, para ter a ação redutora nas taxas de feminicídio, a Lei 13.104/2015, que altera o Código Penal, deve receber contrapartida nas políticas públicas, para não esbarrar na lentidão evolutiva e no rescaldo machista da sociedade, no indulto velado à misoginia e na falta de percepção dos gestores públicos brasileiros.

Violências verbais, assédio, a pornografia da vingança, a misoginia desenfreada, a agressão doméstica, o estupro e outros crimes fazem parte do espectro da faceta vergonhosa do gênero masculino, que insiste em impor sua falsa supremacia sobre a mulher.

A morte, o assassinato são as consequências extremadas dessa violência que muitas vezes nasce dentro da própria casa.

O ativismo no combate a essa modalidade de crime deve ser cultural, legal e policial, promovendo ações que explorem adequadamente a legislação, pois não adianta aprovarmos mais leis sem criarmos os meios de efetivá-las.

Crimes hediondos

A Lei nº 13.104/2015 altera o Código Penal para prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e incluí-lo no rol dos crimes hediondos. Na prática, isso quer dizer que casos de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher passam a ser vistos como qualificadores do crime.

Os crimes hediondos são aqueles considerados de extrema gravidade e, por isso, recebem um tratamento mais severo por parte da justiça.

Eles são inafiançáveis e não podem ter a pena reduzida. Os homicídios qualificados têm pena que vai de 12 a 30 anos, enquanto os homicídios simples prevêem reclusão de 6 a 12 anos...

Tipo penal

...A lei do Feminicídio não criou um tipo penal novo, o tipo penal é o homicídio. A lei tão somente qualificou o assassinato de uma mulher por sua condição de mulher como homicídio qualificado, inclusive, enquadrando no rol dos crimes hediondos.

Melhor seria se o feminicídio fosse juridicamente tipificado como um novo tipo penal. Afinal, as qualificadoras já existem...

Razões dos crimes

...Para uma em cada cinco mulheres, não há resolução investigativa. O Estado desconhece as razões dos crimes, fazendo com que as razões da injustiça sejam a ausência de investigação e a falta de rastros da autoria.

Os assassinatos ocorrem, na maioria das vezes, em ambiente doméstico e sem testemunhas. Os assassinos - maridos ou ex-maridos, as figuras típicas de encarnação do poder patriarcal – dificilmente confessam o crime na cena judiciária. Há uma cifra oculta no universo dos casos de crimes sem resolução investigativa...

Cifra oculta

...Uma mulher negra teve três vezes mais risco de ser morta pelo feminicídio que uma mulher branca. Na cifra oculta, isto é, no universo dos casos de mulheres sem resolução investigativa, a probabilidade de uma vítima ser negra é seis vezes maior.

Essas mulheres que morrem são jovens e vêm de regiões mais pobres do país. O Brasil é o sétimo país onde mais se mata mulheres no mundo...

Pena agravada

... A Lei nº 13.104/2015 prevê o aumento da pena em um terço se o assassinato acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60 anos ou, ainda, pessoa com deficiência. A pena é agravada também quando o crime for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria publica provimento sobre regularização imobiliária e fundiária

A Corregedoria Geral da Justiça publicou, através de provimento, que vai realizar o acompanhamento e fiscalização dos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, 1ª e 2ª Zonas, para o efetivo cumprimento da Lei de Registros Públicos. O documento, assinado pela corregedora Nelma Sarney, destacou que as questões de caráter fundiário envolvem demandas de interesses coletivos, que precisam ser solucionadas pelo Poder Judiciário ou por seus serviços auxiliares de notas e registro, delegados ou oficializados, sob sua fiscalização, por expressa disposição constitucional.

A corregedora considerou, também, as insuficiências dos problemas registrais, sociais e ambientais envolvendo a regularização imobiliária e fundiária, em que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de justiça e a responsabilidade social são objetivos a serem buscados pelo Poder Judiciário, conforme destaca a Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça. "Considerando que as questões de caráter fundiário envolvem demandas de interesses coletivos, que precisam ser solucionadas pelo Poder Judiciário ou por seus serviços auxiliares de notas e registro, delegados ou oficializados, sob sua fiscalização, por expressa disposição Constitucional", observa o provimento da CGJ.

Nelma Sarney frisou que foi celebrado um Termo de Parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, Estado do Maranhão, Município de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo, Serviço de Patrimônio da União – SPU, a 1º Vara da Fazenda Pública da Ilha de São Luís/MA, 8º Tabelionato de Notas da Capital e 1ª e 2ª Zonas de Registro de Imóveis da Capital, dispondo sobre o procedimento de registro imobiliário e fundiário, este ultimo, implementado pelo Estado do Maranhão, Município de São Luís e demais municípios que venham integrar nestas ações.

O provimento resolve, ainda, que a regularização e o registro de desmembramento, fracionamento (ou desdobro) de imóveis urbanos ou urbanizados, ainda que localizados em zona rural, nos casos especificados, poderão ser promovidos em sede de procedimento administrativo perante o registro de imóveis da respectiva circunscrição imobiliária e obedecerão ao disposto neste provimento, sem prejuízo do disposto nos art. 607 a 613 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado.

A juíza corregedora Oriana Gomes destacou que a regularização fundiária atende ao interesse social. "Assim, poderão ser regularizadas áreas da União, do estado e do município parceiro em cada etapa de execução, além de terrenos particulares. Somente são alvo da regularização terrenos com até 250m² e moradias com até 70m² de área construída, casos em que os cartórios de imóveis e registros públicos não poderão efetuar cobrança para emissão do registro", disse.

Luzia Neponucena, juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, reforçou o alcance social da iniciativa, com base na Medida Provisória nº 22.020/2001. De acordo com a magistrada, além dos critérios relacionados ao tamanho do terreno e da casa, também deve ser observado o limite da renda da família, que deverá ser de até cinco salários mínimos. A juíza destacou que serão alvo do projeto áreas públicas e particulares ocupadas há pelo menos cinco anos, atendendo às normas estabelecidas para cada caso.

O provimento da CGJ ressalta, no artigo 5º, que "o pedido de regularização de lote individualizado, de quarteirão ou da totalidade da área, será apresentado perante o ofício da situação do imóvel, onde será protocolado, autuado e verificada sua regularidade em atenção aos princípios registrais".

Realizado a regularização nos termos do provimento da corregedoria, caberá ao oficial comunicar o fato à municipalidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Na Vila Embratel, 7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular

A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada neste sábado (4) pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da iniciativa. O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a Prefeitura da população. PÁGINA 5 [C1]

Prefeito Edivaldo recebe o carinho da população durante o Todos por São Luís na Vila Embratel

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Na Vila Embratel, 7ª edição do Todos por São Luís tem grande participação popular

A sétima edição do programa "Todos Por São Luís", realizada neste sábado (4) pela Prefeitura de São Luís, na Vila Embratel, confirmou o sucesso em participação popular da iniciativa. O programa consolida-se como uma importante ação que tem como objetivo levar às comunidades serviços essenciais de saúde preventiva, esporte, lazer, cultura, educação, entre outros, além de aproximar a Prefeitura da população.

O prefeito Edivaldo, acompanhado da primeira-dama, Camila Holanda, que é coordenadora geral do programa, e de seus auxiliares, realizou visita aos estandes montados na Praça Sete Palmeiras, para ofertas dos serviços, apresentações culturais, exposições artesanais, feira do produtor, entre outras ações. "É sempre um dia muito especial e de festa da cidadania, que nos oportuniza levar às comunidades serviços essenciais. A ação também nos permite aproximar mais da população, conversar com as pessoas, ouvir seus anseios em relação à administração municipal, para que, dessa forma, possamos direcionar nosso trabalho e atender melhor as demandas da comunidade", disse Edivaldo.

HONÓRIO MOREIRA

Prefeito Edivaldo recebe o carinho da população durante o Todos por São Luís na Vila Embratel

Nesta edição do "Todos por São Luís", a Prefeitura de São Luís, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), ofertou mais um serviço à comunidade: a inscrição de casais interessados em participar do Casamento Comunitário, promovido pela CGJ. Os estandes instalados para essa finalidade registraram a presença de dezenas de casais, como a dona de casa Iraneide Rodrigues, 40 anos, e o investigador particular Lázaro Cícero Coelho, 46 anos. Morando juntos já há 14 anos, o casal decidiu oficializar a união.

Segundo Camila Holanda, coordenadora geral do programa, todos os serviços oferecidos no "Todos por São Luís" foram definidos a partir de reuniões com lideranças comunitárias dos bairros. "A cada edição, buscamos fazer novas parcerias, nas mais diversas áreas possíveis, para levarmos à comunidade um número cada vez maior de serviços", disse a primeira-dama.

Um dos objetivos da ação é também gerar renda e emprego para a comunidade local. Durante a semana, os moradores receberam capacitação em diversas oficinas, como Informática Básica, Artesanato - confecção de bolsas com materiais reciclados - Bombons Regionais, Panificação, Sorvete, Sucos Alternativos, entre outras.

No período da manhã, se apresentaram no palco principal a cantora Mirim Laura Rita Gusmão, a Banda da Guarda Municipal, o teatro de Fantoches e apresentação da Vovó Janoca. As atrações culturais continuaram pela noite com Dança Portuguesa Aliança de Portugal, Cacuriá da Marise do Sá Viana e show com o cantor Mário Pinheiro.

No posto de saúde Dom Oscar Romero, ao lado da Praça 7 Palmeiras, a população teve acesso aos serviços de saúde, como consultas com clínico geral, saúde bucal, aferição da pressão arterial, teste rápido de HIV e aconselhamento, distribuição de preservativos, cartão do SUS e farmácia básica.

A aposentada Lourdes Maria Santos Aguiar, 68 anos, moradora da Vila Embratel, chegou cedo ao local para consultar-se. Ela faz tratamento de controle da hipertensão arterial e aproveitou o mutirão do "Todos por São Luís" no seu bairro para medir a pressão. "Fui muito bem atendida. Agora vou no estande da farmácia básica receber o remédio que o médico me receitou", disse a aposentada.

Além de atendimento em saúde, os moradores também receberam serviços de estética e oficinas de capacitação; atendimento jurídico e do Cras/Creas, nos quais os moradores receberam informações sobre Cadastro Único, recadastramento do NIS e orientações sobre o Bolsa Família. Também foi disponibilizada à população emissão de carteira de trabalho e do SUS.

O mutirão realizou ainda diversas atividades culturais, de esporte e lazer, como torneios de futebol, futsal, programa "Brincando nos Bairros", entre outras ações. O Todos por São Luís, organizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), foi idealizado com o objetivo de aperfeiçoar os canais de diálogo e interlocução com a população, na perspectiva de fortalecimento da cidadania local.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Condenação

Nem é mais novidade, embora continue sendo uma vergonha (vide as novelas da Rede Globo que seguidamente citam cidades maranhenses comandadas por prefeitos corruptos – primeiro foi "O Bem Amado", com Sucupira e agora é "Babilônia", com Jatobá), o TJ manteve sentença condenando o ex-prefeito de Viana, Rivalmar Luís Gonçalves Moraes, ao pagamento de 450 mil reais por ato de improbidade administrativa e suspensão dos direitos políticos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comunicação na Comarca de Santa Rita

A juíza Odete Maria Pessoa Mota Trovão, titular de Santa Rita, publicou uma portaria na qual institui a comunicação eletrônica na comarca. O documento resolve instruir como forma prioritária para realização das comunicações processuais especialmente as intimações, a publicação por meio da versão eletrônica do Diário da Justiça. A portaria informa, ainda, que a partir do dia 13 de julho cessará a remessa de intimações postais e por oficial de justiça, substituídas integralmente pelas intimações por meio eletrônico, salvo quando o Juízo e a Secretaria Judicial verificarem que o processamento da publicação no Diário da Justiça não ocorrerá em tempo hábil para a prática do ato processual necessário, caso em que será permitida a intimação por outro meio a critério do Juízo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

• A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública, na próxima quinta-feira (9), com a população do polo judicial de São João dos Patos – integrado por comarcas de 15 municípios do alto sertão maranhense. O evento acontecerá às 19h, na Câmara Municipal.

• Na audiência, o ouvidor judiciário, desembargador Paulo Velten Pereira, se reunirá com populares, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades de classe, Defensoria Pública, entre outros setores, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários oferecidos na região.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

***A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública, no dia 9 de julho (quinta-feira), com a população do polo judicial de São João dos Patos – integrado por comarcas de 15 municípios do alto sertão maranhense. O evento acontecerá às 19h, na Câmara Municipal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador Jorge Rachid permanece no plantão até domingo

O desembargador Jorge Rachid responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (5). No plantão de 2º grau, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores de plantão são responsáveis por providenciar o que for necessário ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, e pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador plantonista. O número do telefone disponibilizado é: (98) 98815-8344.

PLANTÃO – Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusado de tentativa de homicídio é absolvido em Amarante

DIVULGAÇÃO

Em júri promovido na quarta-feira (1º), na Comarca de Amarante do Maranhão, o Conselho de Sentença absolveu o réu Antonio Honório Arraes Irmão da acusação de tentativa de homicídio contra Edilson Ferreira Pereira. Presidiu o julgamento a juíza Ana Beatriz Jorge Carvalho Maia, titular da 2ª Vara Civil da Comarca de Imperatriz e respondendo cumulativamente pela Comarca de Amarante. Segundo a denúncia, o fato ocorreu no dia 15 de maio de 2014, no povoado de Buriti dos Crentes (zona rural de Amarante do Maranhão). Ainda segundo a denúncia, na ocasião Antonio Honório desferiu um golpe de faca na altura do peito da vítima, que só não foi a óbito devido ao "pronto atendimento prestado por familiares". O júri marcou o início das sessões de júri no ano de 2015 na comarca. Funcionou na acusação o promotor de Justiça Carlos Augusto Ribeiro Barbosa. A defesa do acusado ficou a cargo do advogado dativo Edmilson Franco da Silva.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação